

Fotos: Geraldo Magela



**IMPORTÂNCIA** Sarney, com Mary McAleese, defende aproximação entre os dois países

## Dez MPs têm preferência na pauta da semana

Norma sobre partilha dos recursos da Cide é uma das medidas que devem ser examinadas

Para liberar a pauta, o Senado deve votar esta semana dez medidas provisórias. Entre elas, está a que regulamenta a partilha dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

(Cide) entre estados, Distrito Federal e municípios. Outra MP em exame é a que altera o Estatuto do Desarmamento. Todas elas estão incluídas na ordem do dia da sessão deliberativa de hoje.

Página 3

## Sarney ressalta parceria com a Irlanda em fóruns de negociação

Ao receber a presidente da Irlanda, Mary McAleese, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a importância do entendimento entre os

dois países, devido à forte presença dos irlandeses nos fóruns internacionais, de um modo geral, e na União Européia, em particular.

Página 3

## Votação da reforma do Judiciário pode ser concluída na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado deve concluir amanhã a votação dos 165 destaques apresentados ao relatório do senador José Jorge sobre a proposta da reforma do Judiciário. Na semana passada, a comissão analisou 47 destaques, tendo incluído três mudanças no parecer. A criação do Conselho Nacional de Justiça – responsável

pelo controle externo do Judiciário – é um dos temas que devem polarizar os debates. Outro ponto importante é a adoção da súmula vinculante para as decisões do Supremo Tribunal Federal. Antes do início das votações, está prevista cerimônia em que será dado o nome do ex-senador e jurista Josaphat Marinho à sala de reuniões da Comissão de Justiça.



**CONTROLE** Jobim afirma que se radicaliza discussão sobre Conselho Nacional de Justiça

## Em videoconferência, um debate sobre a modernização da Justiça



Roosevelt Pinheiro



**TURISMO** Para Antonio Carlos, capital é a mais visitada, no país, por brasileiros e estrangeiros

## Antonio Carlos homenageia os 455 anos de Salvador

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou ontem os 455 anos da cidade de Salvador. Ele pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, em homenagem à cidade, libere as verbas prometidas para o metrô da capital baiana.

De acordo com o parlamentar, "Salvador é a cidade brasileira mais visitada por turistas, nacionais e estrangeiros". Antonio Carlos destacou as obras públicas da cidade e elogiou a contribuição de bons governos estaduais e do governo do atual prefeito da capital baiana, Antonio Imbassahy.

O senador ressaltou as atrações turísticas da cidade, e citou, entre outras, as centenárias igrejas e a Baía de Todos os Santos, que para ele é capaz de rivalizar com a Baía de Guanabara em beleza.

Antonio Carlos disse ter "simpatia para ajudar" o presidente Lula no Congresso, mas discorda de que o país esteja otimista. Para o senador, o clima é de pessimismo, e só vai mudar quando o governo federal der mais atenção à área social.

# Agenda

## Plenário continua com a pauta trancada

Os senadores retomam hoje, às 14h30, a discussão das medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário. A primeira proposta a ser votada (PLV 15/04) dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das agências reguladoras. Consta ainda da pauta a MP 156/03, que institui o auxílio-aluno para participantes do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem (Profae).



## Sarney recebe ministro dos Transportes

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h30, a visita do ministro dos Transportes, Alfredo Pereira Nascimento. Às 15h30, Sarney preside a ordem do dia, no Plenário, e às 17h30

participa, na biblioteca da Casa, da abertura da exposição e do lançamento do livro *O Senado e seus Presidentes*, do diretor-geral do Senado Federal, Agaciel Maia.



## Agaciel lança biografia dos presidentes do Senado

Será realizado, às 17h30, o lançamento do livro *O Senado e seus Presidentes*, de autoria do diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia. O evento, na biblioteca do Senado, contará com a presença de vários parlamentares. Na ocasião, será realizada também a abertura de exposição sobre o tema.

## Ministro Antonio Palocci discute política econômica na CAE

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, participa hoje, às 10h, de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O ministro fala sobre linhas gerais da política econômica, entre outros temas. No mesmo horário, a Subcomissão da Amazônia discute problemas



relativos ao projeto Rocha Sá, na Vila de Pitinga (AM). Foram convidados os presidentes do Grupo Parapanema, Geraldo Haenel; da Previ, Sérgio Ricardo Silva Rosa; e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa.

## Audiência pública sobre privatização nas telecomunicações

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza, às 10h, audiência pública para discutir a privatização das empresas de telecomunicações, além da política das operadoras.

A reunião conta com a presença de representantes de empresas de telefonia. Às 18h45, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) recebe senadores italianos para discutir assuntos referentes

à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), integração do Mercosul, Organização Mundial do Comércio (OMC), ao G-20 e aos novos rumos da política externa do Brasil.

## Política energética em debate

A política energética é tema da reunião de hoje da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), às 14h30. Participam do debate a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo. No mesmo horário, está prevista a votação do relatório ao PPA 2004-2007.

## Comissão de Educação

A Comissão de Educação (CE) examina, às 11h, projeto que muda os critérios para concessão, permissão e autorização de serviço de rádio e TV (PRS 21/03). O colegiado vota ainda propostas que denominam Presidente JK a rodovia BR-040 (PLC 64/03) e Jádriel Matos o anel rodoviário de Vitória da Conquista (PLC 111/03).

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**EXCLUSÃO** Avanço tecnológico ainda não beneficia infância, diz Eduardo Siqueira Campos

## Eduardo: Palmas estuda modelo de identificação para crianças

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse ontem que a capital do estado do Tocantins, Palmas, está estudando a implantação de modelo de identificação de crianças que permite acompanhá-las desde o nascimento até a vida escolar. Ele informou que estão sendo mantidos contatos com técnicos da NEC do Brasil que implantaram, na província de San Luis, na Argentina, esse modelo de identificação.

Eduardo lamentou que, embora no último sábado tenha sido comemorado o Dia Mundial da Inclusão Digital, os avanços tecnológicos no Brasil não beneficiaram a infância e a juventude, já que, anualmente, cerca de 600 mil crianças não têm nem sequer seu nascimento registrado.

### Conseqüências

A falta desse registro impede a implementação de políticas públicas específicas, afirma o senador. Para ele, essas crianças sem cidadania não terão escola e emprego, caindo na marginalidade. Dos 40 mil jovens entre 18 e 24 anos que morrem todos os anos vítimas de extermínio nas periferias das cidades, a grande maioria não teve acesso à certidão de nascimento, acrescentou.

Segundo Eduardo, Palmas busca reverter essa situação e possibilitar acompanhamento maior das crianças. Ele lembrou que até um carro tem identificação imediata, ainda dentro da montadora, e os animais abandonados contam com um serviço de proteção.

Em apertes, Tião Viana (PT-AC) destacou que a identidade é um dos pressupostos básicos da cidadania, e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) comentou sobre a magnitude da exclusão digital no Brasil.

Roosevelt Pinheiro



Gencio Magêlo



**VISITA** A presidente Mary McAleese é saudada pela guarda de honra da Presidência da República ao chegar ao Congresso Nacional

## Sarney discute parcerias com presidente da Irlanda

Ao receber ontem a presidente da Irlanda, Mary McAleese, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a importância do entendimento entre os dois países por causa da forte presença dos irlandeses nos fóruns internacionais, de um modo geral, e na União Européia, de modo particular. Embora no campo econômico as trocas entre as duas nações não sejam expressivas, Sarney manifestou o desejo de que Brasil e Irlanda se aproximem cada vez mais, o que também foi enfatizado pela chefe do governo irlandês.

Para o presidente do Senado, o futuro pertencerá aos países que investirem em educação e

tecnologia, caso da Irlanda, que está hoje entre os três maiores exportadores de programas de computador do mundo, juntamente com os Estados Unidos e a Índia. Sobre o Brasil, Sarney falou dos desafios enfrentados na consolidação da democracia e disse acreditar que o país está na direção certa.

Acompanhado na saudação a McAleese pelos senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Cristovam Buarque (PT-DF), Sarney falou a ela da origem irlandesa de seu sobrenome. Embora o senador maranhense não tenha antepassados nascidos naquele país, seu avô adotou o sobrenome Sarney por "gosto e imaginação".

## Senadores italianos serão recebidos hoje pela CRE

Em reunião extraordinária marcada para as 18h45 de hoje, os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), receberão a visita de uma delegação de parlamentares italianos. Deverão ser discutidos, durante o encontro, temas como a nova política externa adotada pelo Brasil e as negociações para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia.

A delegação italiana é composta por Fiorello Provera, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado italiano, e pelos senadores Filippo Provera, Francesco Martone, Calogero Sodano, Stefano MorSELLI, Roberto Manzione, Enrico Pianetta e Daniele Piccione.

Os senadores também deverão discutir aspectos relativos



**ACORDO** Presidida por Suplicy, comissão discute livre comércio entre Mercosul e União Européia

a outros blocos econômicos, como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), além do atual contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Grupo G-20, que reúne os 20 países em desenvolvimento ou emergentes.

# Pauta será liberada após a votação de dez MPs

■ Partilha do imposto dos combustíveis com estados e municípios é o tema de uma das medidas

O Plenário terá de votar esta semana, para liberar a pauta, dez medidas provisórias (MPs), entre as quais a que regulamenta a partilha com os estados, o Distrito Federal e os municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível. Esses itens estão incluídos na pauta da sessão deliberativa de hoje, que começa às 14h30.

Assim que essas matérias forem examinadas, os senadores poderão votar três requerimen-

tos relativos à tramitação de projetos que estão previstos para a sessão de amanhã. Outras 46 proposições já foram relacionadas para constar da ordem do dia após a desobstrução da pauta.

Também consta da pauta de hoje a MP que abre crédito extraordinário em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3,4 bilhões. Três outras MPs também terão de ser votadas pelo Plenário: a que modifica a lei sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição para permitir que municípios com 50 mil a 250 mil habitantes possuam agentes de segurança armados para proteger o patrimônio público; a que prorroga para o final de 2004 a concessão do Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem; e a que autoriza o Executivo a con-

ceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco.

Foram incluídos, ainda, na ordem do dia cinco projetos de lei de conversão – o que altera a lei sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; o que trata da Contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de bens e serviços; o que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das agências reguladoras; o que trata da criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); e o que se refere à instituição de gratificação temporária para servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos das instituições federais de ensino.



**AGENDA** Além das MPs, há 46 proposições incluídas na pauta do Plenário do Senado

## Palocci explica hoje política econômica

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, volta pela segunda vez à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), hoje, a partir das 10h, para debater a política econômica do governo, o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os seus efeitos sobre a oferta de emprego, e como ativar os investimentos no país. A discussão com os senadores deve seguir uma linha semelhante à adotada na audiência da quinta-feira passada com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

As questões que prometem gerar mais polêmica, de acor-

do com integrantes da CAE, são os juros impeditivos ao crescimento econômico e a necessidade de um superávit primário (receita menos despesa excetuando o pagamento dos juros) elevado, o que restringe a capacidade de investimento do governo federal. Antonio Palocci terá oportunidade de responder às críticas que a área econômica vem sofrendo até de partidos e parlamentares integrantes da base governista.

O requerimento dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) previa a participação conjunta de Palocci e Meirelles. Mas as difi-

culdades de agenda modificaram a marcação das audiências. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), tentou na última hora convencer o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a aceitar que Palocci viesse no mesmo dia da audiência já marcada com Meirelles. Tebet, porém, manteve as audiências separadas como alternativa de aprofundar os debates com os dois comandantes da política econômica. Meirelles afirmou na audiência da última quinta-feira que a retomada da atividade econômica começará a ser percebida em julho.

Roesvelt Pinheiro





**OFENSIVA** Projeto de Papaléo qualifica modalidade de delito como crime hediondo

## Papaléo quer punição severa para seqüestro-relâmpago

Em discurso no Plenário, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) anunciou a apresentação de projeto de lei que tipifica no Código Penal o seqüestro-relâmpago como crime de extorsão. A proposta também considera esse tipo de seqüestro como crime hediondo, o que permite aumentar ainda mais a punição.

– O seqüestro-relâmpago é dos mais graves, pois combina roubo, extorsão e seqüestro em uma única modalidade criminosa. Pela crueldade, covardia e tormento psicológico de suas vítimas, é um crime tão reprovável quanto o ato de seqüestrar com o fim de pedir um resgate – sustentou Papaléo Paes.

Citando o jurista Damásio de Jesus, o senador observou que existem atualmente três orientações que distinguem o tipo penal do roubo do tipo de extorsão. “Das três, no entanto, uma é dominante no meio jurídico: quando o criminoso pode obter a vantagem econômica dispensando a conduta da vítima, trata-se de roubo”, observou. Quando há necessidade da ação da vítima, trata-se de extorsão.

Papaléo Paes assinalou que, no caso do seqüestro-relâmpago, se a vítima não se dispuser a efetivar os saques ou a fornecer a senha de seu cartão bancário, não haverá saque algum nos caixas eletrônicos.

– Portanto, estamos diante de uma extorsão, e assim tem entendido a maior parte dos julgados, inclusive em nossos tribunais superiores – acrescentou o parlamentar.

O projeto será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para, depois, ser submetido a votação em Plenário.

# CCJ poderá concluir amanhã a votação da reforma do Judiciário

■ Comissão examina as emendas apresentadas pelos senadores ao relatório de José Jorge

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) devem concluir amanhã, a partir das 10h, o exame dos 165 destaques apresentados ao relatório do senador José Jorge (PFL-PE) sobre a proposta de emenda à Constituição que reforma o Poder Judiciário.

Na semana passada, a comissão analisou 47 destaques, tendo incluído três mudanças no parecer.

Entre os temas que devem concentrar os debates na CCJ, está a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que seria responsável pelo controle externo da Justiça.

Outro ponto importante do relatório é a adoção da súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). A súmula impeditiva de recursos para decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do

Tribunal Superior do Trabalho (TST), a proibição de nomeação de parentes e a federalização dos crimes contra os direitos humanos também devem ser debatidas na reunião.

Antes da votação, haverá às 9h30 a cerimônia em que será dado o nome do ex-senador Josaphat Marinho à sala de reuniões da CCJ, conforme anunciou o seu presidente, Edison Lobão (PFL-MA). A homenagem a Marinho, um dos juristas que mais se destacaram no Senado, foi proposta pelo então senador Bernardo Cabral.



**DECISÃO** José Jorge defende adoção de súmula vinculante e criação de controle externo

## Jobim debate a modernização da Justiça em videoconferência

Futuro presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Nelson Jobim participou ontem, no Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo), de debate sobre a reforma do Poder Judiciário. Depois de afirmar que, na modernização desse Poder, fundamental é tentar, o ministro respondeu, por videoconferência, perguntas oriundas de 17 assembleias legislativas.

Embasado na experiência de advogado, parlamentar e ministro do STF, Jobim traçou um histórico das dificuldades enfrentadas pela Justiça brasileira desde o Império e celebrou o fato de que a modernização do Judiciário não é mais um assunto restrito aos personagens do Judiciário.

– Não havia público que se interessasse por esse assunto. A partir de 2000, com Fernando Henrique Cardoso, esse assunto se expandiu.

Entre as dificuldades acumuladas pela Justiça brasileira, Jobim citou o hábito, que começou a prosperar entre advoga-

dos, de inserir-se nas petições jurisdicionais a admissão de recurso junto ao STF. O ministro afirmou ainda que a sentença adquiriu uma erudição desnecessária, com o único objetivo de propiciar a promoção do juiz.

Em defesa da adoção da súmula vinculante, um dos principais pontos da proposta de reforma do Judiciário, Nelson Jobim revelou que foram examinados pelo Supremo, no ano passado, 109.089 feitos, tendo cada ministro julgado 9.917 processos.

Quanto ao Conselho Nacional de Justiça, o ministro afirmou que estão radicalizando e politizando equivocadamente o assunto. Ele observou que o conselho será composto, em sua maioria, por magistrados. Disse também que o órgão terá competência para controlar, principalmente, a atuação administrativa e financeira do Judiciário. Referindo-se aos que condenam a instituição desse colegiado, afirmou: “Só quem deve é que teme”.



**DISCUSSÃO** Jobim responde a perguntas oriundas de assembleias

## Sibá destaca matéria que contesta número de empregos em bingos

O senador Sibá Machado (PT-AC) – foto – comentou em Plenário reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* que contesta a informação da Associação Brasileira dos Bingos de que o setor é responsável pela geração de 120 mil empregos diretos e 200 mil indiretos. A reportagem cita apuração com base em seis associações estaduais e uma regional de empresas de bingos para concluir que esses empregos não passam de 72 mil.

Sibá Machado destacou ainda a viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará ao Acre no início de abril. Conforme o senador, a agenda da visita prevê, entre outras atividades, a reativação do Correio Aéreo Nacional; a inauguração do Hospital do Idoso; a assinatura do termo de compromisso entre o

Ministério de Minas e Energia e a Eletronorte para a extensão da linha de eletricidade até a divisa do Acre com o Peru e a Bolívia; e a construção de máquina de produção de biodiesel pela Universidade Federal do Acre. Em aparte, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) exaltou o papel do falecido senador Lauro Campos na construção do hospital.





Fotos: Roosevelt Pinheiro



**CRÍTICA** Segundo Alvaro Dias, há total incompetência administrativa no governo

## Dados oficiais comprovam que existe crise, diz Alvaro Dias

Em comentário à afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que não existe crise em seu governo e que os adversários estão criando uma situação de aparente instabilidade com objetivos eleitorais, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que existe crise sim, que pode ser comprovada por dados oficiais. A declaração de Lula foi feita ontem em São Caetano do Sul (SP), na fábrica da General Motors, durante entrega de 350 viaturas para a Polícia Rodoviária Federal.

– De que adianta o discurso do Lula, do Meirelles [Henrique Meirelles, presidente do Banco Central] e até do Palocci [Antonio Palocci, ministro da Fazenda] diante desse cenário de total incompetência de gestão administrativa? – questionou.

Alvaro Dias apresentou dados do Orçamento Geral da União mostrando que apenas 0,8% dos recursos previstos para 2004 foi executado no primeiro trimestre, sendo que em sete ministérios os investimentos tiveram execução zero.

O senador comparou o montante gasto com investimentos e o valor da primeira prestação do novo avião Airbus comprado pelo Palácio do Planalto para servir a Lula nas viagens.

– Os valores [em investimento] pagos somaram R\$ 109 milhões. Se forem descontados os R\$ 46,9 milhões da prestação do novo avião de Lula, sobram R\$ 62 milhões para investimentos em todos os ministérios. O pagamento de prestação do avião consumiu três de cada quatro reais investidos pelo governo neste ano até o dia 11 de março. Em aparte, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) ressaltou “a alienação, o autoritarismo e a subestimação do país” pelo governo Lula.

## Governo está pronto para implementar sua política social, afirma Tião Viana

O governo está pronto e tem metas na implantação de políticas sociais, garantiu ontem o senador Tião Viana (PT-AC). Conforme disse, o governo conseguiu fazer “a travessia, muitas vezes com remédios amargos”. Ele afirmou que existe hoje um horizonte com indicadores que apontam para crescimento estável da economia em 2004. Tião Viana ressaltou o crescimento da atividade

industrial em São Paulo (4,9%) e em Santa Catarina (11%) em fevereiro.

Em pouco tempo, salientou, a oposição entenderá que as mudanças efetivas, que fizeram parte do programa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, serão executadas. “O governo está ciente das suas responsabilidades políticas, sabe aonde tem que chegar e tinha consciência das dificuldades que iria en-

contrar.” Entre os problemas que o governo herdou, Viana citou a dívida da reforma agrária, a crise de políticas sociais e a exclusão social de boa parte da população.

– Romper com 500 anos de injustiça e desigualdades tão perversas não aconteceria nunca da noite para o dia.

Viana afirmou que encara com naturalidade a aparente situação desfavorável ao governo.



**TEMPO** “Não se rompem da noite para o dia 500 anos de injustiça”, adverte Tião Viana

## Simon sugere a Lula reunião ampla para definir mudanças na economia

■ Para o senador, presidente deve ouvir oposição e governadores, além da base aliada

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva drible a crise política e convoque reunião nacional com os partidos da base governista e da oposição, além de governadores, “para definir o ritmo e o rumo” de mudança na política econômica. Em sua avaliação, estão criadas as condições objetivas, tanto no plano interno como externo, para alterações na política econômica capazes de garan-



**MOMENTO** Pedro Simon avalia que há condições para garantir crescimento sustentável do país

tir o crescimento sustentável a longo prazo.

Simon registrou o avanço na postura de organismos financeiros internacionais no rumo

de uma flexibilização de seus controles sobre as economias da América Latina, especialmente nas relações do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele citou a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que está se realizando em Lima, Peru, em que se discute a tese de que investimentos em infra-estrutura não devem ser considerados gastos para efeitos de fixação da meta do superávit primário.

O senador lembrou que o presidente do BID, Enrique Iglesias, e o ex-diretor gerente do FMI Horst Köhler concordam com essa tese e que até o Banco Mundial “está disposto a rever sua ortodoxia nesse aspecto”. Com esse cenário, disse o senador, até mesmo a meta

de inflação no Brasil poderia ser rediscutida.

Simon citou ainda documento sobre o Brasil produzido pelo economista Olivier Blanchard, ex-diretor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), que critica o rigor exagerado na meta de inflação e na política de juros altos.

Essas notícias, afirmou o senador, vêm somar-se ao otimismo das autoridades brasileiras em relação aos números da economia. Ele conclamou o presidente Lula a dar “o passo decisivo” para a mudança na política econômica, frisando que “para isso o povo o elegeu”.

Em aparte, participaram do debate os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

## Ideli contesta críticas de Bornhausen e Virgílio

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), rebateu críticas do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feitas em entrevista à imprensa. Bornhausen teria dito que “a crise no Brasil tem nome e seu nome é Lula”. Ela também contestou afirmação de Jorge Bornhausen de que o Brasil está perdendo a oportunidade de crescer entre 6% a 8% em 2004 por ineficiência do governo. Conforme a senadora, o país crescerá 3,5% a 4% em 2004, que é a taxa de desenvolvimento possível de ser sustentada, uma vez que taxas maiores trariam falta de ener-

gia elétrica e colapso da infra-estrutura de estradas e portos.

Ideli lembrou declarações do presidente Lula afastando a possibilidade de adotar “planos mirabolantes ou aventuras”, que resultaram em prejuízos para os mais pobres.

A líder do PT reclamou de alguns pronunciamentos feitos por opositoristas sexta-feira passada em Plenário. Ela citou o discurso do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que teria se referido ao presidente Lula e aos ministros Ciro Gomes e José Dirceu com termos como covarde, mamulengo, ventríloquo, boneco, chantagista, perdido nos salões de Paris, men-

tiroso, calhorda e mafioso.

A senadora afirmou ser lamentável que o debate eleitoral esteja sendo antecipado, quando o Senado deveria se preocupar com a votação de matérias como a Lei de Falências, de Biossegurança e a que trata das parcerias para investimentos em infra-estrutura, os projetos de parcerias público-privadas (PPP).

– Esse tipo de debate não é conveniente, porque não ajuda o país – declarou.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou Ideli Salvatti por contestar senadores que não estavam no Plenário.

– Há uma tradição secular no



**AVENTURA** Conforme Ideli, “planos mirabolantes” prejudicariam os mais pobres

Senado que não se ataca um colega quando ele não está presente – disse Heráclito.





**URGÊNCIA** Heloísa afirma que só MP pode corrigir alteração feita pela Câmara

## Heloísa Helena quer impedir que Refis 2 acoberte criminosos

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) disse ontem que espera que o governo edite uma medida provisória (MP) para corrigir alteração feita pela Câmara dos Deputados na lei que rege o Programa de Recuperação Fiscal 2 (Refis 2). Segundo a senadora, essa alteração está acobertando criminosos de todos os tipos e até assassinos. O Refis 2 permite o pagamento parcelado

de todos os débitos que os contribuintes tenham junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Citando reportagem feita pelo jornal *Correio Braziliense*, Heloísa Helena afirmou que, nesse caso, o governo tem as justificativas necessárias e previstas na Constituição

federal – urgência e relevância – para editar uma medida provisória que corrija a alteração feita pela Câmara dos Deputados no Refis 2.

Ela lembrou que o governo já editou diversas medidas provisórias, inclusive para “abafar” o caso Waldomiro Diniz e proteger um ministro, sem atender aos requisitos constitucionais.

– O Refis está servindo para abri-

gar uma clientela que cometeu toda sorte de crimes: sonegação, narcotráfico, roubo de cargas, contrabando e homicídios. Como fazem um acordo com a Receita, ficam limpos perante o fisco e livres da prisão, onde deveriam estar. Não podem ser condenados por sonegação fiscal, mesmo que o processo já esteja tramitando na Justiça – concluiu Heloísa Helena.

## Maria do Carmo pede verbas para evitar racionamento

Ao lamentar a gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva no setor dos recursos hídricos do país, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse que, “se o governo federal der condições à Agência Nacional de Águas (ANA) para que ela gerencie o planejamento do uso de nossos recursos hídricos e o manuseio dos mananciais, e ainda coordene os projetos de educação ambiental, estaremos garantindo que nossos filhos e netos vivam sem o fantasma do racionamento”.

Segundo a senadora, até o orçamento anual da ANA, que em 2003 equivalia a 28% do montante destinado ao Ministério do Meio Ambiente, foi reduzido este ano para 16%.

Em reais, significa que os recursos do órgão encolheram de 180 milhões para 76 milhões.

Outro grave erro que o governo federal está cometendo na condução do gerenciamento dos recursos hídricos do país, na avaliação da senadora, é com relação à falta de investimento na educação.

Segundo Maria do Carmo Alves, diferentemente da energia elétrica, que pode funcionar como um sistema interligado, uma crise de abastecimento de água causaria maiores transtornos, já que é difícil a transferência de recursos hídricos para lugares mais distantes.



**POUCOS RECURSOS** Maria do Carmo quer investimento maior em educação ambiental

## Maguito propõe redução de imposto para microempresa

**Senador apresenta dois projetos que alteram o Simples para estimular pequenos negócios**

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento das pequenas e das microempresas do país, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou dois projetos que alteram o regime tributário a que elas estão submetidas, o Simples.

O primeiro deles obriga o Poder Executivo a revisar anualmente os valores que enquadram um estabelecimento como beneficiário do Simples, a fim de impedir o aumento da tributação das pequenas e microempresas.

A maioria dos empreendimentos, explicou o senador, registram um aumento na sua receita anual apenas por conta



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**ARRECAÇÃO** Maguito nota que diminuição de impostos retira empresas da informalidade

da inflação, o que não significa o crescimento econômico das empresas. Mesmo assim, elas sofrem um reajuste na carga tributária, sem ter condições financeiras para tanto, ou perdem o título de pequena empresa. Na opinião de Maguito, a revisão anual dos valores pro-

posta pelo projeto corrigiria essa distorção.

Além disso, o senador propôs a eliminação de uma série de critérios para que uma empresa possa ter acesso ao Simples. A legislação atual impede que empresas de conservação e limpeza, de vigilância, de atividades financeiras, entre outras, sejam consideradas pequenas ou microempresas. Essas restrições impedem que cerca de 700 mil empresas prestadoras de serviço se encaixem no Simples. O segundo projeto de Maguito Vilela reduz a carga tributária das pequenas empresas, pois modifica a Lei 10.684/03, que aumentou em 50% as alíquotas pagas por elas.

– Diminuir impostos significa aumentar a arrecadação, porque se tira muita gente da informalidade, que hoje não paga nada e concorre com as pequenas e microempresas – concluiu o senador.

## Valmir Amaral pede pressa na recriação de agência para a Região Centro-Oeste

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a recriação urgente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a extinta Sudeco. “Desde fins do ano passado, o governo federal tem em mãos, pronta para ser encaminhada ao Congresso Nacional, a proposta de recriação da Sudeco, que vai preencher uma lacuna na política de desenvolvimento da região”, disse Valmir Amaral.

O senador lembrou que a superintendência foi criada em 1967, em substituição à Fundação Brasil Central, a fim de incorporar toda a região à economia do país.



**RECURSOS ACERTADOS** Valmir Amaral: “Projeto pronto para ser encaminhado ao Congresso”

Valmir Amaral considerou um erro a extinção da Sudeco em 1990 pelo governo Collor, o que prejudicou o desenvolvimento da região. “Atualmente, os recursos destinados à região pelo Fundo Constitucional do

Centro-Oeste são administrados pelo Banco do Brasil, enquanto a tarefa de formular a política de desenvolvimento está a cargo de uma secretaria do Ministério da Integração Nacional”, afirmou.

Os recursos do fundo, hoje, chegam a R\$ 1,3 bilhão, mas está praticamente acertado que seriam destinados ao Centro-Oeste mais R\$ 2,3 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), informou o senador.

O Centro-Oeste tem 6,8% da população do país e contribui com 7% do Produto Interno Bruto (PIB).



**INVESTIMENTOS** Ana Júlia informa que unificação dos programas triplicou repasses

## Bolsa-Família vai receber R\$ 5,4 bi este ano, diz Ana Júlia

A unificação dos diversos programas de transferência de renda em torno do Bolsa-Família permitiu que fosse triplicado o valor repassado a cada família carente atendida pelo governo federal, segundo afirmou a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Os recursos repassados ao programa já estão subindo, disse a senadora, tanto que, se em 2002 foram investidos R\$ 2,3 bilhões, a previsão para este ano é de que sejam repassados R\$ 5,4 bilhões.

Segundo Ana Júlia, os benefícios agora somam, em média, R\$ 73 mensais, e a referência passou a ser a família, e não apenas um membro dela. Antes, quatro programas estavam atrelados ao governo federal com a mesma finalidade social: bolsa-escola, bolsa-alimentação, auxílio-gás e cartão-alimentação.

– Os programas eram vinculados a diferentes ministérios, que trabalhavam com regras distintas. O resultado era a pulverização de recursos – explicou Ana Júlia Carepa.

Reunidos sob um cadastro único e controlado pela Caixa Econômica Federal, os programas sociais inseridos no Bolsa-Família, revelou a senadora, têm a meta de, até o fim de 2006, atingir 11,4 milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.



## Antero propõe obstrução para forçar exame da PEC paralela



**COMPROMISSO** Antero diz que vai convidar parlamentares da oposição para dificultar votação

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) propôs que os partidos de oposição no Senado articulem um movimento de obstrução parlamentar, dificultando qualquer votação até que a Câmara dos Deputados honre o compromisso que o governo assumiu com o Senado de votar a PEC paralela, que restaura alguns direitos retirados dos servidores públicos na reforma da Previdência.

– Vou até convidar, para a iniciativa, senadores da base de sustentação do governo como Paulo Paim (PT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Renan Calheiros (PMDB-AL), que na ocasião garantiram o compromisso do governo e até a palavra do próprio presidente Lula, para a aprovação na Câmara – destacou.

Segundo Antero, a Câmara está modificando dispositivos importantes da PEC paralela e

até ameaçando engavetá-la. Se o compromisso não for respeitado nos moldes em que foi firmado, advertiu, nunca mais será possível confiar em acordo celebrado entre Congresso e Executivo. “Isso será muito grave politicamente”, alertou.

O senador pelo Mato Grosso disse ainda que continuará a trabalhar pela abertura da comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as atividades de Waldomiro Diniz. Para Antero, a própria Advocacia Geral da União impetrou ação contra a greve da Polícia Federal, por entender que a paralisação está prejudicando as investigações sobre o caso Waldomiro.

ração de mão-de-obra de crianças e adolescentes – disse Jucá.

Segundo o senador, *Crianças Invisíveis* registra que, apesar de o Brasil ter uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção da infância e da adolescência, o país enfrenta o desafio de localizar os novos focos de exploração, como os de serviços e de atividades ilícitas. Porém, acrescentou, são poucos os veículos de informação que se dedicam ao tema.

– É que a mídia passou a considerar que a temática do trabalho infantil virou assunto para as ONGs (organizações não-governamentais), retirando do Estado a responsabilidade sobre a questão – afirmou.

– Ainda que as pesquisas apontem que a maioria das meninas que trabalham em casas de terceiros é negra, esse é um ponto que também não tem merecido a atenção dos jornais e revistas analisados pelo livro. As pesquisas também demonstram que as trabalhadoras domésticas no Brasil são, majoritariamente, não-brancas, em todas as faixas etárias. Sejam negras ou indígenas, milhares de meninas têm nessa atividade o único espaço no mercado trabalho onde podem se inserir – observou Romero Jucá.

# Bornhausen pede recursos para vítimas do ciclone

■ Para o senador, além dos recursos do orçamento, governo poderia liberar o Proagro e o FGTS

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) propôs ontem que o governo baixe uma medida provisória liberando recursos emergenciais para os atingidos pelo ciclone que varreu parte do litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina no fim de semana. Ele sugeriu que as verbas sejam retiradas das emendas que os parlamentares daqueles estados apresentaram ao orçamento.

Para o senador, a gravidade da situação exige ação pronta



**EMERGÊNCIA** Bornhausen defende medidas urgentes para reparar prejuízos em SC e RS

do governo para que a população tenha suas casas reconstruídas. Aos proprietários rurais deveria ser liberado o

Proagro, de modo que as perdas com o ciclone pudessem ser reparadas.

Outra forma de amenizar as consequências da tragédia, segundo o senador, seria a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O parlamentar observou que, além de desabrigar muita gente, o ciclone matou e deixou desaparecidos.

– Neste momento, precisamos de solidariedade. Rezo pelos mortos e para que os desaparecidos retornem a suas famílias – disse o senador.

Ele recordou de duas grandes enchentes em Santa Catarina: uma, em 1974, quando ele governava o estado, destruiu a cidade de Tubarão; a outra, arrasou o Vale do Itajaí.

## Ideli anuncia providências do governo

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), cumprimentou o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) pelo discurso em que se solidarizou com os desabrigados pelo ciclone subtropical, o “Catarina”, que assolou o litoral sul de Santa Catarina e o litoral norte do Rio Grande do Sul. Ela elogiou ainda as medidas que o senador sugeriu ao governo para ajudar na recuperação das áreas destruídas.

Segundo Ideli, algumas das

propostas apresentadas por Bornhausen já estão sendo adotadas. Ela disse que os valores destinados às emendas da bancada catarinense serão aplicados na recuperação das áreas atingidas. Afirmou também que a MP que libera o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os habitantes de áreas atingidas por enchentes receberá emenda para incluir ocorrências de vendaval, granizo e estiagem entre as

situações climáticas que permitam o saque.

Ideli destacou a eficiência das Defesas Cívicas municipais, que a seu ver serviram de exemplo para o país, e o plano montado desde quinta-feira passada pelo Ministério da Integração Nacional, com os governos estaduais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que previu até mesmo a hipótese de evacuação das populações das áreas atingidas.



**QUALIDADE** Romero Jucá destaca livro *Crianças Invisíveis*, publicado pela Andi

## Jucá: trabalho infantil deve ser combatido pela mídia

A qualidade do livro *Crianças Invisíveis*, publicado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), foi elogiada por Romero Jucá (PMDB-RR). A agência apresenta um painel abrangente sobre o enfoque dado pela imprensa ao tema do trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração. Segundo o senador, o livro conclui que, no geral, a mídia brasileira ainda realiza cobertura equivocada sobre o tema.

– O livro alerta para o fato de que a imprensa ainda se prende a dados estatísticos (quando muito) e informações superficiais quando noticia a explo-

## Heráclito sugere ao Cade que investigue práticas da Telmex

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu em discurso que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, investigue práticas anticompetitivas adotadas no mundo pela Telefones de México (Telmex), que está comprando a Embratel.

O parlamentar informou que a Organização Mundial do Comércio (OMC) já listou vários delitos contra a empresa mexicana. Entre eles, subsídios cruzados, preços anticompetitivos, aplicação discriminatória de tarifas e recusa em providenciar linhas privadas e circuitos para empresas concorrentes.

Por isso, disse Heráclito For-

tes, o Cade deve intervir e avaliar os riscos da venda da Embratel para o grupo mexicano. “Eu entendo que os brasileiros não querem receber um competidor acostumado ao monopólio”, opinou.

Heráclito Fortes citou reportagem da *Folha de S. Paulo* que noticiou “a tentativa da companhia mexicana de aplicar golpe milionário no BNDES”. Além disso, se a Justiça norte-americana concordar que a Telmex compre a Embratel do grupo americano MCI, “os acionistas minoritários da Embratel serão lesados em R\$ 150 milhões”.

– Ou seja, a Telmex já chega ao Brasil causando estragos – que não são pequenos. Soma-



**RISCOS** Heráclito pede que governo avalie venda da Embratel a grupo mexicano

dos, eles chegam a alguma coisa próxima de R\$ 1 bilhão. É bom lembrar que, se concretizada a venda, a companhia mexicana Telmex será responsável pelas contas telefônicas de milhões de brasileiros e por 15 mil funcionários. Também será responsável pelas comunicações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica do Brasil – alertou o senador.





**OCUPAÇÃO** Quintanilha observa que propriedades produtivas são invadidas

## Ameaça do MST preocupa Quintanilha

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) manifestou apreensão com declarações de dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, segundo disse, ameaçaram “infernizar o país no mês de abril”.

– É imperativo fazer a reforma agrária, mas é igualmente imperativo proteger os proprietários rurais, responsáveis pelo agronegócio que está salvando a balança comercial do país.

Quintanilha afirmou que as in-

vasões de terra não são feitas de maneira pacífica, mas por uma “turba agressiva”, contra propriedades muitas vezes produtivas. Ele advertiu para a multiplicação de acampamentos ao longo das rodovias, depois que o governo anunciou que os acampados seriam assentados em lotes destinados à reforma agrária.

O senador acrescentou que os acampados, muitas vezes, “não parecem ser pessoas afeitas às lides agrícolas”, mais se assemelhan-

do aos desempregados das zonas periféricas das cidades.

Em aparte, Sérgio Guerra (PSDB-PE) declarou que a única prioridade do governo Lula é o superávit primário. Jonas Pinheiro (PFL-MT), Pedro Simon (PMDB-RS) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) conclamaram o governo a definir um modelo de reforma agrária. Serys Shessarenko (PT-MT) ressaltou que a imensa concentração de terras nas mãos de alguns poucos proprietários não pode continuar.

## José Jorge denuncia “propaganda enganosa”

O senador José Jorge (PFL-PE) disse que as inserções do governo federal nas televisões, sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), são propaganda enganosa. O comercial do governo mostra “uma fazenda linda com agricultores satisfeitos”, mas a propriedade é particular, do empresário Mário Ribeiro, da região de Cotia (SP), que se declarou revoltado por ter sido usado em farsa nacional, conforme matéria publicada na edição de ontem do jornal *Folha de S. Paulo*.

José Jorge informou ter enviado ofício ao presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Gilberto Leifert, denunciando a propaganda e exigindo que o filme seja retirado do ar, uma vez que fere vários artigos do Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, que exige ser o anúncio “honesto e verdadeiro”.

– A propaganda é uma grande mentira, as tomadas do filme foram realizadas na propriedade empresarial de Mário Ribeiro, que nunca poderia ser do Pronaf. Os humildes funcionários da empresa foram agenciados pela produção, por um cachê de R\$ 50, para se fazerem passar por agricultores beneficiados pelo programa. Nem o proprietário nem os funcionários foram alertados sobre o real objetivo das filmagens – comentou o senador.

Para José Jorge, se esse tipo de propaganda é um exemplo da campanha que será veiculada com os R\$ 8 milhões de recursos já aprovados, a imagem do governo vai piorar.

– O fato mais grave é que a propaganda se dirige aos pequenos agricultores, sabidamente os mais frágeis e crédulos elos da opinião pública, exatamente o tipo de audiência que o código procura defender – afirmou o senador, em seu ofício dirigido ao Conar.

José Jorge também protestou contra críticas feitas pelo secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, que acusou a propaganda pefelista nas televisões de tentar desestabilizar a gestão petista.

# Jonas Pinheiro quer modificar projeto sobre transgênicos

■ Proposta que trata da biossegurança representa “moratória branca”, segundo o senador

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou ontem que o Senado pode aprimorar bastante o projeto de lei da Câmara que trata da política nacional de biossegurança. Informando ter acompanhado toda a tramitação na Câmara dos Deputados, ele disse que a proposta traz muitos pontos questionáveis, como os processos decisórios extremamente burocráticos e morosos, “que retardarão por anos o desenvolvimento da transgenia no Brasil”, tanto na pesquisa quanto no comércio de organismos geneticamente modi-



**ATENÇÃO** Jonas Pinheiro diz que Senado pode aperfeiçoar texto aprovado pela Câmara

ficados (OGM).

Para o parlamentar, o projeto (PLC 9/04) representa uma “moratória branca” para o setor, e sua “sistemática burocracia” deixa de privilegiar os conhecimentos científicos dos pesquisadores brasileiros. Se

virar lei, opinou, engessará a pesquisa sobre OGM no Brasil, prejudicando sobretudo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

### Equivoco

De acordo com o representante mato-grossense, a indecisão e falta de conhecimento manifestadas pelo governo sobre o assunto podem fazer com que essa seja mais uma na série de decisões e estratégias governamentais equivocadas, que prejudicaram, entre outras, a produção brasileira de café e de borracha.

– As inacabáveis disputas burocráticas poderão nos levar a perder espaço no comércio internacional – disse.

Jonas Pinheiro criticou o “extremo conservadorismo” do governo, cuja precaução chega ao exagero. Declarou que a União Européia, sempre muito

exigente em relação às condições fitossanitárias, importa soja transgênica dos Estados Unidos, e que a China liberou recentemente a importação de soja transgênica brasileira a partir de abril. Também apontou a incoerência governamental, ao editar medidas provisórias liberando a comercialização de soja transgênica apenas nesta e na próxima safras.

– Se há perigo, o governo agiu de forma irresponsável, expondo a população a risco por motivos econômicos – ressaltou Jonas Pinheiro.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou que muito se fala da soja transgênica no Brasil, mas pouco se debatem outros produtos geneticamente modificados. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) também defendeu a necessidade de se modificar o projeto.

## Pequenos agricultores vivem “um drama de dar dó”, afirma Garibaldi

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) afirmou que os pequenos agricultores do Nordeste, que tomaram empréstimos no passado para plantar, estão vivendo “um drama de dar dó”, pois não conseguem pagar e nem renegociar suas dívidas.

– Quem vê pela televisão chuva e verde no Nordeste não sabe o que se passa por lá. O Congresso aprovou uma lei para renegociar dívidas não

pagas por conta de estiagem. No entanto, eles não estão conseguindo renegociar – disse.

Para renegociar, conforme Garibaldi Alves, os pequenos produtores têm de estar em dia com suas prestações. “Lá, agricultor não passa nem na frente de banco e vive correndo de oficial de Justiça, para não receber notificação”, informou. Ele pediu que os senadores se unam para convencer o governo a dar uma “interpretação

menos maligna” à lei da renegociação (nº 10.696/03), ou então que seja aprovada no Congresso uma modificação. “Os bancos estão executando quase todo mundo”, sustentou.

Em aparte, Heloísa Helena (sem partido-AL) lembrou que ela e vários senadores advertiram o governo que a medida provisória que eles estavam votando em 2003 não iria resolver os problemas dos pequenos agricultores. Para ela, os agri-



**RIGOR** Garibaldi resalta que “bancos estão executando quase todo mundo”

cultores, para tentar entrar na renegociação, têm procurado empréstimos com agiotas, a juros altos, entrando numa situação “desesperadora”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Papaléo Paes e João Ribeiro e pela senadora Serys Shessarenko